

REVISITANDO O PASSADO: A ESTRUTURA DESORGANIZADA DO ESTADO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS DÉCADAS DE 70/80.

* Lucineide Barros – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Educação, Curso Mestrado em Educação.

O cenário internacional na década de 70 destaca a crise do Estado do Bem Estar Social, um modelo de desenvolvimento apresentado pelo liberalismo que coloca o Estado na condição de responsável pela solução dos graves problemas sociais. Tal evento convida a reflexões a cerca da relação Estado e Sociedade:

“A crise do Estado, porém, não está assentada somente na sua fragilidade para dar respostas materiais às demandas de parcelas importantes da sociedade. Está assentada, também no aprofundamento da sua intransparência e impermeabilidade para lidar com a realidade social que se estilhaça e produz incessantemente novos conflitos e novos movimentos, os quais se constroem em torno das novas identidades e buscam criar alternativas para contrapor-se ao brutal isolamento dos indivíduos (...) o Estado já não consegue relegitimar-se perante os cidadãos. Se a previsibilidade do voto a cada quatro anos, que é, ao mesmo tempo, a força e a fraqueza da representação, sempre conferiu um traço de insuficiência à legitimidade dos mecanismos de democracia formal, hoje o faz muito mais, porque a complexidade, a fluidez e a dinâmica do tecido social exigem uma permanente confirmação da legitimidade do poder.” (1)

O Estado tem sido ao longo dos tempos objeto dos mais variados estudos, com diversas perspectivas para explicação do seu surgimento e comportamentos na relação com a sociedade. Duas concepções antagônicas são marcantes neste contexto, a concepção liberal clássica e a concepção marxista, que segundo Paranhos(2), a primeira concepção apresenta raízes burguesas e sua evolução até os nossos dias está configurada nas teorias democrático-pluralistas dominantes no pensamento norte americano e a

segunda marxista, opõe à concepção de Estado do bem comum a perspectiva de natureza de classe do Estado.

Na matriz marxista, que terá nossa atenção especial neste estudo, a sociedade é determinada em última instância pelo poder econômico, no entanto, alguns marxianos motivados pela cena do processo histórico que coloca o capital como uma forma de produção e distribuição de riqueza social extremamente revolucionária, não põem um ponto final nesta expressão.

A partir de um ponto de vista dialético não é difícil verificar que na relação estado e sociedade existe uma variedade de trocas, cuja síntese pode provocar uma mudança na idéia de lugar comum, inclusive criando uma contra-mão ao capital.

Assim observando a sociedade marcada pelo capitalismo na fase monopolista, dada a sua complexidade, é importante apurar com cuidado quais são os lugares e os poderes de intervenção, de fato, do estado na sociedade e vice versa, numa relação direta com a ação do capital, o que produzem e onde se encontram, até para que seja possível visualizar as possibilidades de manutenção, reconstrução ou desconstrução.

No contexto dessa problematização entram em cena elementos como Movimentos Sociais Populares dos mais variados tipos e formas de protagonismo no movimento comunitário, lidando com questões de gênero, geração, etnia, etc, Organizações não Governamentais, partidos políticos, entidades filantrópicas e agentes do Poder Público estatal, cada um ora com campo de atuação bem demarcado ora com sérios problemas de identidade.

As condições materiais de uma sociedade são a base da sua estrutura social e da consciência humana (Carnoy 1988: 66) essa é a afirmação do próprio Marx quando atesta não ser a consciência do homem de determina a forma do ser social, mas é esta que determina a consciência colocando, assim, o Estado como elemento resultante das relações de produção e não do desenvolvimento geral da mente humana ou das suas vontades. Neste sentido, o Estado se apresenta como a manifestação política da estrutura de classe forjada no contexto da produção, sendo assim uma expressão forte da dominação e das contradições entre os interesses, mas também e ao mesmo tempo, instrumento de classe, não de maneira passiva, mas com a atividade que as forças dominantes e dominadas, impõem no seu conjunto.

A articulação de um espaço de convivência que abrigue estado e sociedade realizando a tarefa de buscarem soluções para os graves problemas que ameaçam a humanidade é uma estratégia que busca aproximar atores antagônicos no tratamento de questões do cotidiano das pessoas, pela descentralização das responsabilidades sob o argumento do compartilhamento do poder, que situa o governo mais perto do povo.

Esse movimento passa a ter marco legal, no Brasil, com a elaboração da constituição de 1988, Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101, de 04.05.2000) e Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001), que abrem espaço para a participação da sociedade organizada nas ações do Poder Público.

No entanto, essa orientação traz em si várias perguntas que giram em torno do seguinte pensamento: esses mecanismos jurídicos e políticos representam alguma possibilidade de ganhar proporções gerais, superando as estruturas de poder do desenvolvimento capitalista?

Este estudo pretende adentrar nas relações de produção que envolvem estado e sociedade, buscando respostas para essas questões, a partir de uma compreensão a cerca dos mesmos, entendendo como Maquiavel que “para ser Príncipe é preciso compreender o povo e para ser povo é necessário compreender a natureza do príncipe.”

O Estado na Estrutura Capitalista

Offe (1984:122) destaca que a partir dessa concepção de Estado duas perspectivas se apresentam na atualidade, a primeira coloca o Estado numa relação instrumental, como objeto de manipulação por parte da classe capitalista dominante, a segunda o coloca como o responsável pela imposição e garantia de regras que viabilizam institucionalmente as relações de classe, próprias da sociedade capitalista.

As duas perspectivas estão sintonizadas com a dinâmica das relações de classe; o ponto de divergência se encontra entre o Estado ser reduzido a um valor de uso para a classe dominante, realizando a ilusão de que este valor é para a sociedade no seu todo, realizando, contudo as necessidades apenas da

classe dominante, ou seja a existência daquele valor, que, na verdade, realiza-se através da intervenção do estado como valor de troca.

Essa análise nos remete para uma observação em relação às formas de produção de mercadorias e do valor que assumem, de acordo com o que Marx trata no “Capital” sobre a cooperação simples, a manufatura e a grande indústria, e a relação e papel do Estado em cada um desses estágios, a intenção é compreender, na história, o Estado contemporâneo.

Na cooperação simples quando a quase totalidade da produção tem valor de uso, a mão de obra empregada pertence a trabalhadores independentes, que produzem numa relação direta com a capacidade do uso, mesmo porque estes ainda detém os meios de produção.

Já na manufatura é criada a categoria do “trabalhador coletivo combinado” e inicia a compartimentalização da produção, ou seja, a dissociação entre o resultado geral da produção e as suas partes, possibilitando a diversificação dos instrumentos e dos grupos de trabalho. O trabalho, a produção e o trabalhador tomaram significado e valor diferente, no entanto, como a produção se dá pela manufatura, está diretamente ligada à vontade dos trabalhadores e como a produção é articulada, um trabalhador sozinho não pode ampliar sua produção, sem que os demais façam o mesmo para obtenção da produção final. Nesta rede de correspondência se encontra o número de trabalhadores e seus respectivos salários. O tamanho do mercado, por sua vez, também assume as proporções da produção, pois o valor da mercadoria, em grande parte, ainda é de uso e as máquinas ou instrumentos usados pela manufatura são produzidos por elas próprias

Tanto na cooperação simples quanto na manufatura, o capital não existe como sujeito autônomo e necessita diretamente do Estado para produzir normas reguladoras de venda da força de trabalho. A autonomia do capital na manufatura ainda não se realiza, considerando que esta só se dá pela transformação rápida de dinheiro em mercadoria e essa em dinheiro e assim consecutivamente.

Quando as máquinas ou instrumentos de trabalho deixam de pertencer aos trabalhadores e podem até substituí-los, aumentando a produção na relação direta com o avanço tecnológico em detrimento da força de trabalho, já é possível, com isso, criar mercados e controlar salários, favorecendo a

transformação de qualquer produção em valor de troca e conseqüentemente a universalização da forma mercadoria, abarcando até a força de trabalho.

Assim os trabalhadores deixam de dispor da própria força de trabalho e esta é convertida em mercadoria com valor de troca, enquanto o capital ganha a sua condição de existência física e social, garantindo a manutenção do sistema. O mercado sob o controle do capital, seja na forma mercadoria ou dinheiro manifesta na história o seu caráter autônomo.

O processo de universalização da forma mercadoria possibilita a autonomia do capital mas também faz surgir na classe trabalhadora uma grande ameaça para si: a resistência dos explorados contra a forma mercadoria e por conseqüência, o incremento da luta de classe. Nesse raciocínio seria necessário perguntar o que significa a autonomia do capital perante a existência do Estado e para falar sobre isso é importante compreender como é determinada a forma institucional do Estado capitalista.

Buscando as explicações no próprio Offe (1984:123-124), ela se dá a partir de quatro elementos: a privatização da produção, dependência de impostos, acumulação como ponto de referência e legitimação democrática. Somente, assim, podemos compreender, no movimento da história, o fato de que, no contemporâneo, a política torna-se dinâmica da estrutura do Estado, a serviço da economia. O primeiro dos elementos, a privatização da produção, se constitui no fato de que a propriedade da força de trabalho e sua utilização privada não é só de natureza econômica, está sujeita a condições políticas. Decorre daí a explicação dos outros elementos. A dependência de impostos, consiste em serem os impostos dinheiro arrecadado que cai no “caixa” do Estado. Isto constitui o orçamento estatal, portanto, existe por parte do Estado o interesse em favorecer a acumulação privada, que possui relação direta com a capacidade de arrecadação.

A acumulação como ponto de referência, evidencia a preocupação do Estado em manter as condições para o exercício do seu poder através da garantia de condições políticas que favoreçam o processo de acumulação privada, não a acumulação em si, mas o processo ou condições para a sua viabilização. E a acumulação, fica, deste modo, não exatamente nas mãos do capitalista, mas junto ao Estado, para com isso manter sua capacidade de funcionamento.

Por último, a legitimação democrática, consiste em através das eleições encobrir o fato de que os recursos materiais que viabilizam o Estado dependem do processo de acumulação viabilizando-o no seu poder. Coloca-se o foco nas preferências do público eleitor e não nas necessidades do mercado, escondendo o fato de que as preferências daquele só será atendida, na medida em que não contrarie o processo de acumulação.

Se é o processo de troca que viabiliza a acumulação e esta por sua vez viabiliza o Estado, fica claro o papel do Estado no que se refere a universalizar a forma mercadoria. Na definição do Offe (1984:124) é “criar as condições para que cada cidadão seja incluído nas relações de troca”, e isso acontecendo, não há razão para desestabilização entre estruturas políticas e econômicas. Entretanto, como a natureza da força do trabalho, não é só de natureza econômica e o que forma a estrutura do Estado capitalista é a não incorporação das unidades individuais nas relações de troca, tem-se, aí, um conflito, que, na verdade, não torna essa estrutura estável, e que favorece a expansão dos movimentos sociais e sua manifestação realizada na forma política dos protestos.

A autonomia do capital que articula acumulação, com serviços do Estado, para manter a estabilização necessária à sua própria manutenção favorece o avanço do movimento social que resiste à universalização da forma mercadoria e à lei do valor que nela se concretiza.

Movimentos Sociais Urbanos na Relação com o Estado

No Brasil o processo de transformação baseado no desenvolvimento da grande indústria se deu entre 1930 a 1964, conforme Petras e Veltmeyer (2001:10), quando mostra que:

“a economia brasileira, sofre profundas transformações (...) com rápida urbanização e o desenvolvimento de uma extensa rede de instituições públicas de educação e saúde, junto com o começo de uma importante legislação social e trabalhista (...), modelo baseado num poderoso setor estatal proprietário de indústrias nacionais estratégicas, tarifas e subsídios que protegiam essas empresas”.

Sendo que as peculiaridades do processo brasileiro nessa fase se concentram na natureza do modelo, que é populista e no produto adquirido: coesão social, que implicou, inclusive, no esfriamento da luta de classes pela manipulação de estruturas sindicais e perseguições aos que demonstraram resistência.

Mas na década de 60 essa heterogênea aliança entre empresa estatal, capital nacional e sindicatos começou a se desfazer, em razão de começar, no meio rural, a se agravar a situação de exclusão dos “benefícios” criados pelo Estado, bem como por causa dos protestos dos trabalhadores urbanos que começam a perceber a ilusão de uma urbanização que aprofunda a segregação.

A exclusão do mercado de trabalho e dos benefícios estatais podem por sua vez, provocar a interrupção das relações de troca, que acontece quando a unidade de valor perde a sua forma mercadoria, na medida em que não encontra possibilidade de troca com outras mercadorias, ou seja, com dinheiro.

O processo de grande concentração de capital e força de trabalho em locais específicos do território brasileiro dá origem ao fenômeno “metropolização” das grandes cidades, momento em que se pode perceber claramente como o modelo econômico interfere na ordenação espacial urbana, reproduzindo a segregação, visto que o processo de apropriação dos bens e serviços coletivos se dá de maneira bastante seletiva, e que é impossível absorver todo o contingente de mão de obra no setor econômico formal.

Crescem as periferias em contraste com os bairros nobres, onde os ricos cada vez mais apelam para o encastelamento como forma de proteção. Sem dúvida um elemento de destaque no cenário das lutas sociais são as insatisfações geradas pelo não atendimento das demandas de primeira necessidade, especialmente o teto, o que atinge primeiramente aos mais empobrecidos. No entanto, as conseqüências do não atendimento atingem também à população em geral, na medida em que é ampliado o sistema de transporte coletivo, causando modificações no trânsito, o acesso a serviços de atendimento médico-hospitalar e os serviços públicos em geral sofrem precarização, a rede de ensino com o aumento da população usuária fica comprometida, enfim, surgem os problemas decorrentes do processo de criação de necessidades reais e imaginárias patrocinado pelo sistema, ao

tempo em que a intervenção do poder público não acompanha a intensidade da expansão urbana.

Em 1975 80% das habitações da periferia de São Paulo não tinha rede de esgoto, 54% não tinha sistema regular de abastecimento d'água, as populações usavam poços próximos de fossas negras e 23% das ruas não tinha pavimentação, 80% delas não tinha iluminação pública e as casas situadas em cerca de cinco mil loteamentos clandestinos estavam situadas em 26 mil ruas oficialmente inexistentes, segundo Moisés (1978:50).

Os produtores das cidades no ideário do desenvolvimento urbano capitalista são os seguintes: proprietários de terra, promotores imobiliários, indústria da construção civil, capital financeiro e o próprio Estado, agentes esses tipicamente capitalistas, segundo Rodrigues (1995:13). Contudo, as contradições aprofundadas dão visibilidade pública a novos agentes também produtores das cidades: trabalhadores/moradores excluídos, que ao mesmo tempo são produtores e produto de um novo ideário: a Reforma Urbana.

No "apartheid" espacial urbano os excluídos pobres, os favelados, habitam a cidade ilegal e a legislação é pois um dos elementos de produção e de reprodução da exclusão, não apenas pelo seu conteúdo explícito mas também pela relação clientelista e arbitrária (relação público/privado) que se estabelece em sua aplicação, conforme Maricato (1994); e Ferreira (1995: 25), afirma que um dos principais desafios é apontar alternativas no sentido da transformação radical do modelo econômico historicamente adotado.

Como instrumento dessa luta pela Reforma Urbana constituiu-se o Fórum Nacional de Reforma Urbana, que prioriza na sua atuação a atuação institucional. As duas principais iniciativas legislativas populares foram: a Emenda Popular Constitucional de Reforma Urbana, enviada ao Congresso Constituinte em 1987 com 160.000 assinaturas e o Projeto do Fundo Nacional de Moradia Popular enviado ao Congresso Nacional endossado por 800.000 eleitores, processo que produziu momentos marcantes de mobilização popular, envolvendo organizações de moradores, militantes em geral do Movimento organizado, ONG's, técnicos e várias Entidades, Maricato (1995:22).

A origem do Fórum se encontra no Movimento urbano do início da década de 80, com as ocupações de terra mais o primeiro salto de qualidade

se dá no processo constituinte, quando as lutas urbanas tomam dimensão nacional. Após o processo constituinte as atenções se voltam para a elaboração das Leis Orgânicas Estaduais, intensificando as lutas locais. Em 1994, no Governo Itamar Franco, o Ministério do Interior, motivado pelas reivindicações populares, cria um canal de participação da sociedade civil no processo de elaboração da política governamental, o Comitê Nacional Brasileiro para a preparação da Conferência Habitat II, sendo o Fórum Nacional de Reforma Urbana membro desse Comitê.

Essa movimentação pela via institucional teve ampla sustentação nos movimentos de base, especialmente nas Associações de Moradores e Amigos de Bairros, Movimentos de Favelados, Moradores de Cortiços, Grupos de Sem Teto, etc., constituindo o contexto dos Movimentos sociais Urbanos, visto de diferentes formas quanto à sua finalidade e caráter classista ou não na literatura que trata sobre o assunto. A maioria afirma, que seu surgimento se explica pelas contradições urbanas, outros enfatizam a busca de construção da identidade coletiva, outros ainda, colocam como nova alternativa frente às tidas até então.

Na análise de Nunes (1989: 68) existe um conjunto de carências socialmente sancionadas como legítimas e como contrapartidas da obrigação política, alvo de movimentos reivindicatórios (...), sendo que essas carências são mediações das formas como os grupos sociais vêem a si mesmo e aos outros e como dão significado às finalidades éticas do Estado. Se colocamos a ênfase nas carências/necessidades, vamos nos deparar como o modelo de produção material, que para Cunha (1994:51) se constitui em mão única para que ocorra a emancipação da sociedade, de forma que essa passe do reino das necessidades ao reino da liberdade, o que, segundo ele, implica em uma práxis conscientizadora de indivíduos, ou seja, se constitui por ações sociais de indivíduos, guiados por interesses que se colocam frente à exploração do trabalho, cujo papel se constitui na formação da identidade coletiva no capitalismo contemporâneo.

No espaço da comunidade ou da Associação pelo local de moradia acontece a possibilidade efetiva de visão clara e abrangente das carências, podendo inclusive se destacar as diferenças, visto que lado a lado convivem

separadamente grupos marginalizados e grupos socialmente privilegiados, disputando espaço, como expressão das contradições do sistema capitalista.

Jacobi (1993:14) afirma, chamando a atenção, que não se pode reduzir a análise sobre os movimentos sociais aos setores urbanos, pois com o rebaixamento dos níveis de vida os problemas afetam não só aos mais pobres mais também a outros grupos, gerando movimentos ecologistas, movimentos homossexuais, negros, feministas. Outro enfoque recai sobre o papel dos Movimentos sociais na construção de novos valores sociais forjados na relação estado-sociedade: Neste contexto Nunes adverte para o fato de os Movimentos sociais na América latina serem mais estudados no aspecto das suas identidades em detrimento da questão que lê chama de “relacional”.

O atendimento das reivindicações passa, por sua vez, por “concessões”, direta ou indiretamente feitas pelo Estado, na medida em que é ele o agente regulador das relações, sendo assim visto ao mesmo tempo de duas maneiras, como inimigo que nega as condições sociais adequadas e como juiz imparcial nas disputas sociais. Outra forma ainda de ver o Estado é como agente provedor de deficiências, visão geradora de um conformismo pacífico, que afasta definitivamente as massas do governo, como afirma Kowarick (1993:26), “seria como se o ato de governar fosse, por definição, o privilégio de uma elite restrita e iluminada, que sabe o que é certo e errado para o conjunto da sociedade.

Se entendemos que as classes sociais só encontram expressão no âmbito da produção, no sentido clássico não seria possível afirmar que esses movimentos são classistas, mais se por outro lado se entendermos classe como um fenômeno econômico, político e ideológico fica fácil compreender seu caráter classista de lidar com interesses antagônicos; as movimentações, em última instância são “povo contra governo ou povo contra grupos hegemônicos detentores do Estado.

Como as demandas e exigências não convergem para interesses comuns, o Estado faz o atendimento de algumas em detrimento de outras, aplicando os mecanismos de seleção que lhes são próprios, segundo Offe, gerando contradições e conflitos, motivando as camadas excluídas a se manifestarem de acordo com as mediações construídas pelas formas como os

grupos sociais vêm a si próprios e aos outros e como dão significado às finalidades éticas do Estado, segundo Nunes (1989 : 68).

Offe cita três “mecanismos seletivos” importantes na compreensão da estrutura interna do Estado. O primeiro mecanismo é de “seleção negativa”, que possibilita a exclusão sistemática dos interesses anticapitalistas, o segundo mecanismo é de “seleção positiva”, que consiste na seleção, por parte do Estado, de políticas que favoreçam os interesses do capital no seu conjunto, em detrimento de grupos locais e específicos de capitalistas e o último é o mecanismo de “mascaramento”, que se dá pela aparência de neutralidade de classe ao tempo em que marginaliza efetivamente as alternativas anticapitalistas.

Participação Para Além da Legitimação

Esse processo seletivo se dá em relação às demandas geradas pela sociedade, que chegam ao Estado com as marcas do antagonismo de classe, explícitas ou implícitas. Demandas essas que crescem de maneira inversamente proporcional às respostas positivas do governo, o que provoca a crise de legitimação do Estado. (Jacob, 1993 apud Habermas, 1980).

Nesses casos se pode perceber a marcante forma institucional do Estado que busca constantemente a sua manutenção por meio da realização universal da forma mercadoria na análise de Offe, e que para garantir a estabilização da sociedade, necessária à realização desse processo, ou seja a acomodação dos interesses, coloca em cena o seu papel de dar direção ao andamento da sociedade, através de medidas como “ordens e proibições legais visando comportamento competitivo, investimento estatal em infraestrutura, para favorecer que certas categorias de proprietários estabeleçam relações de troca e as condições para os grupos negociarem entre si, de forma organizada e previsível nas suas relações de troca” Offe (1984:131-132).

Os componentes direção e andamento abrem uma janela importante na construção de uma análise do contexto político atual. Um primeiro aspecto aponta para a possibilidade de realização de alternativas às práticas neoliberais que potencializam o poder dominante do capital, encarando o Estado como lócus das contradições e conflitos de um processo revolucionário

que permite intervenção transformadora. Outro aspecto é a aceitação do “destino determinado” pelas classes dominantes, a partir de uma visão de Estado instrumental, essa postura tem levado muitos movimentos sociais e ONG’s a atitudes reformistas, a serviço da ordem capitalista, em nome do acúmulo de forças, na atuação tática desligada do projeto de mudanças estruturais, reforçadas pelas demandas políticas neoliberais encaminhadas através das agências multilaterais.

Gramsci⁽³⁾ chama a atenção para a idéia difundida pela classe dominante de separação entre sociedade civil e sociedade política, provocando uma transferência de responsabilidades, ao tempo em que promove uma “promiscuidade entre público e privado”, para evitar a “deteriorização social”, em nome da responsabilidade social, que resulta na contribuição para privatização dos serviços públicos e ao mesmo tempo funcionando como amortecedor dos conflitos. Várias ONG’s e intelectuais têm se prestado a esse papel, ao invés de contribuírem na formação da identidade de classe tão cara à classe trabalhadora. Para Gramsci “a sociedade civil é também estado que se condensa pela luta de classe”

Outro exemplo, ainda é a cidadania empresarial, onde o empresário passa a tecer uma rede de assistência social que atinge funcionários e fornecedores em meio ao meio às práticas de exploração da mão de obra.

Offe (1984:241-242) cita quatro elementos, que segundo ele podem reduzir as exigências do meio político – uma é desviar as exigências que não podem ser satisfeitas pelo Estado para o mercado através da privatização ou desestatização ou adoção de medidas que se voltem não para a solução do problema, mas para a assistência à pessoa como medida de compensação, outra medida é a retirada de barreiras protecionistas que dificultam a concorrência nacional e internacional, para desmontar mecanismo de segurança do Estado.

Outra estratégia é resolver o problema no seu lugar de origem, antes de chegar ao Estado, através da solidariedade, disciplina, etc. E por último a estratégia que consiste em um mecanismo de filtragem para selecionar as exigências que merecem e que não merecem ser atendidas ou rechaçadas como irrealistas ou irresponsáveis, através de organismos que se encontrem

acima dos indivíduos que reivindicam e do processo democrático de formação de vontade.

Dessa forma, a intervenção do Estado de maneira periférica pode atingir diversos aspectos da dinâmica social, que servem, na verdade como pré-requisitos para a manutenção da sua própria existência, que nesse caso depende em primeira instância da sua capacidade de direcionamento, sendo esse um componente administrativo, em outras palavras, depende da sua competência administrativa.

Aproximando da realidade brasileira Petras e Veltmeyer (2001:12) “coube a um ex-marxista que virou social democrata fazer o que os políticos capitalistas convencionais tradicionais eram incapazes de fazer – provocar uma ruptura radical com o legado nacionalista estatal do Brasil e impor um modelo neoliberal de longo alcance”.

Portanto, o surgimento de inovações institucionais diz respeito de maneira direta à apropriação capitalista, e por conseguinte à existência do Estado. Os conflitos decorridos daí representam perigo, não só pelo que pode sofrer a estrutura em si, mas também pelo que pode gerar na relação de classes. Considerando também que da população economicamente ativa apenas uma parte assume funções econômicas a outra se encontra fora da forma mercadoria, o que representa um potencial de força que pode se voltar contra o processo de socialização da forma mercadoria.

Retomando, o capital avança na sua conquista de autonomia, considerando os elementos, dinheiro, mercadoria, dinheiro, na relação direta com a força de trabalho, desenvolvimento tecnológico e existência de mercado, ciclo da produção e dominação. No entanto, o processo que envolve, põe em sintonia e articula esses elementos é realizado por instituições reguladoras, daí ser possível pensar que a esfera estatal pode se tornar autônomo e elemento externo da forma mercadoria; no entanto, a qualidade desse processo está unicamente na sua capacidade de produzir valor.

Nesse sentido, Claus Offe (1984:182) faz um debate sobre o trabalho produtivo, ou força abstrata e o trabalho não produtivo ou força concreta, para avançar na análise sobre a natureza institucional do Estado, perguntando porque os funcionários públicos não são considerados trabalhadores assalariados e ele mesmo responde dizendo que a diferença não está na

qualidade técnica, mas a necessidade de determinação social da forma de produção e dominação e como é a necessidade precípua do trabalho produtivo está inserido em uma instituição, e a razão de existência da instituição é a produção de valor, o trabalho burocrático ou prestação de serviço são considerados improdutivos, pois só tem valor de uso e para se manterem consomem riqueza, ao invés de gerar riqueza, portanto, a conclusão é de que esse tipo de força de trabalho não é mercadoria nem gera mercadoria, apenas favorece a existência do trabalho que tem valor de troca.

Aparece então na visão de Offe (1984:184) um antagonismo entre trabalho não capitalista e trabalho capitalista, concebido pelo capital individual, que vê o trabalho burocrático como gerador de prejuízo em contraposição ao capital global que entende a sua importância e necessidade para a garantia da sua própria existência e socialização.

Uma grande luta é travada entre o capital privado e capital global, que pede um intermediário que exerça poder sobre o capital individual, buscando o equilíbrio. Daí surge o elemento “contra poder”, que se constitui no Estado social, organizações da sociedade civil e poder político, para garantir a ação do Estado, apesar dos interesses dos capitais isolados.

O contra poder reúne em um mesmo espaço sociedade civil, sociedade política e iniciativa privada, juntando reivindicações das massas, direitos democráticos burgueses e objetivos do capital global; e se constitui em terreno fértil, de grandes conflitos, que são por sua vez termômetro da capacidade de direção do Estado.

Mais uma vez não podemos esquecer que a ação concreta e intencional do Estado se volta para a garantia da cumulação, que por sua vez garante a sua própria existência daí a necessidade de constantes mudanças nas estruturas em favor da sua manutenção.

As décadas de 80 e 90 foram momentos de grandes esforços para reestruturar o sistema capitalista mundial, de modo a fugir da crise do capital e alavancar o processo de acumulação do capital, essa reestruturação consistia em instituir um novo modelo econômico baseado no ajuste estrutural das economias nacionais para se adequarem à economia mundial”, viabilizando assim a passagem da onda denominada globalização. Petras e Vetmeyer (2001:137)

No final da década de 80 no processo de elaboração e aprovação da atual Constituição brasileira acontece um grande esforço concentrado no sentido de marcar no texto da Lei, mecanismos que possibilitem a descentralização das responsabilidades do governo; tudo isso proveniente do contexto de grandes mobilizações populares contra a ditadura militar e todos os seus resquícios, se constituindo, portanto, em um apelo popular surgido da base. Petras (2001:105) observa que o fenômeno se dá não apenas no Brasil mais praticamente todos os governos da América Latina tinham colocado em suas agendas e iniciado em programa de descentralização”.

Uma questão importante de ser analisada neste contexto é em que medida essas garantias legais representam a expressão das organizações de base, considerando o astúcia do capital global e indicadores históricos, afirmando que, a abertura definitiva para o capital estrangeiro no Brasil só se deu a partir de 1994 com a eleição de FHC por razões de desencontros conjunturais, como o fato da existência dos governos atropelados de Sarney, Collor e Itamar, cujos perfis pessoais e dificuldades administrativas não permitiram. Contudo, a ordem neoliberal internacional com o avanço da globalização já era elemento imperativo manifestado inclusive nos organismos de cooperação internacionais que financiam também movimentos sociais organizados e ONG's. Na opinião de Petras e Veltmeyer (2001:109)

“é que as organizações de base, através da intermediação das ong's, são incorporadas no processo decisório a nível local sob a condição de que tal participação se restrinja a questões que sejam locais em sua finalidade e efeito”, patenteando a subordinação da política social à política econômica e a primeira passa a basear-se na focalização dos recursos em setores de extrema pobreza, associada à política de privatização de serviços públicos e à descentralização das administrações públicas.

Dessa forma, há indícios de que a porta de entrada para a descentralização tenha dado passagem aos movimentos de base e aos próprios ditames do capital internacional.

A descentralização, como elemento importante na nossa análise, trás em si a idéia de desenvolvimento local, descentralização das responsabilidades governamentais e a tomada de decisões criando um sistema democrático baseado na participação popular. Aparentemente a dinâmica que desenvolve se realiza em movimentos que vai das partes para o todo, ou seja, do poder localizado, canalizando para um plano mais global, nacional e mundial.

No entanto, ainda há muito o que se analisar quanto aos mecanismos de organização de experiências como o orçamento participativo e outros, bem como os seus impactos e resultados, para perceber se é um movimento envolvente dos aspectos macro da sociedade, ou são controlados pelo macro, que por sua vez pode criar nesses mecanismos oportunidades de proteção, monitoramento e definição, de maneira mais fácil, para servir às necessidades de manutenção da ordem dominante, ou como afirma Petras e Voltmeyer (2001:112), “ a maioria dos esforços em formas alternativas de desenvolvimento com base na comunidade, existem mais como ideal utópico do que realidade” alerta ainda para o fato de que com exceção da experiência de orçamento participativo de Porto alegre em quase todos os outros casos, o resultado da descentralização foi mais cooptação e manipulação da elite do que o empoderamento dos “até agora excluídos”.

Na prática, essa possibilidade e exercício da participação vai abrigando em si uma vontade popular de revolucionar o Poder Público a partir do contexto local, vencendo a concepção de que o município é meramente uma caixa de ressonância dos problemas nacionais, avançando na compreensão que o município não é ilha mas por outro lado, é capaz de inovar, dando novo conteúdo à suas políticas e reelaborando conceitos, praticas e valores em relação à gestão pública.

Segundo o que afirma alguns autores, estamos diante de um novo momento, onde o Estado assume nas relações de produção o lugar do trabalho, pregando assim, o fim da sociedade do trabalho:

Oliveira(4) afirma que a “politização da economia levou a uma “desmercantilização da força de trabalho”, transformando o estado em objeto de estruturação indispensável para a reprodução e manutenção do sistema. Harbermas também teoriza neste sentido, afirmando que o Estado do Bem Estar Social representa o fim da utopia da sociedade do trabalho, afirma

também que a medida do valor não é mais o trabalho, em razão de a ciência ter se tornado a força produtiva por excelência, o ponto principal de discordância entre ambos é que para Oliveira o Estado do Bem Estar é a mediação necessária para a realização da sociedade do trabalho, pois segundo ele o fundo público representa o lugar onde as classes só podem realizar seus interesses particulares quando esses estiverem relacionados aos interesses gerais da sociedade. Claus Offe também concorda com o fim da sociedade do trabalho com a explicação que se sustenta no aparecimento e desenvolvimento do setor de serviços

Compreendemos que o papel do estado se torna cada vez mais complexo diante da produção do sistema capitalista na atualidade, ficam algumas questões: ter vontades particulares realizada pela medida da vontade geral não significa aceitar a dominação reinantes? A luta de classes perde seu sentido e agora se dá entre pessoas? Qual de agora em diante será o motor da história? O capital abriu de fato mão da sua autonomia em favor de um consenso entre sujeitos tão diferentes em aspirações?

A conclusão é que “a governabilidade nada mais é do que a forma aparente, refreada politicamente do conflito de classe, entre salário e capital ou entre exigências políticas de reprodução da força de trabalho e estratégias de reprodução do capital.

Portanto, é necessário agora buscar as reais causas dos conflitos. Estão na economia política ou na democracia burguesa, ou na sociedade civil, pois a resposta para essa questão pode implicar em deslocar ações com vistas em mudanças estruturais.

Outro aspecto também importante são as eleições; colocadas por Offe como elemento da institucionalidade estatal para esconder a natureza de classe do estado, ele também chama a atenção para o que se dá nos processos eleitorais, fato que pode levar à crescente fragilidade do sistema de representações, levando à uma “informalidade organizacional”, preenchida por atores cujos contextos, condições de negociação e grau de obrigatoriedade estão na dependência de um consenso fragilizado pelas condições antagônicas em que se forma.

Segundo ele o poder do Estado é elasticado em razão das expectativas eleitorais que a competição vai gerando e gerando novas demandas para o

governo, que por sua vez não pode atender, porque a sua ação está limitada às possibilidades de direção voltadas para a manutenção do sistema, conforme afirma Guggenberg, (1975:39) “No excesso de expectativas se apresenta a ‘hipertrofia’, aumento dos direitos sociais – uma politização inadequada de temas e conflitos, na qual se expressa o desejo desenfreado e irrefletido dos cidadãos, essa limitação, por sua vez, produz a perda de confiança na organização partidária – pois a adoção de medidas para evitar significa impopularidade, que por sua vez aciona o conflito de classe.

Uma das possibilidades de crise no estado, portanto, pode ser gerada pela incapacidade de desempenho do Estado, mesmo sabendo que a satisfação de demandas gera novas demandas, levando para frente os embates. Compreendendo por fim que no interior de uma sociedade capitalista as contradições jamais serão totalmente eliminadas e que qualquer mecanismo usado na reconstrução ou reestruturação desse sistema levará em si a marca da sua natureza de classe, para cedo ou tarde ser revelada.

Está no horizonte da relação estado e sociedade o avanço frente ao desafio de politização da participação, de forma a dar um conteúdo coerente aos instrumentos legais, abrindo caminhos para que toda a sociedade possa participar de maneira cada vez mais direta pelo acesso às informações, transparência e planejamentos possíveis de monitoramento, construindo uma nova governabilidade que gere dentro de um sistema a ser superado o novo modelo desejado.

Bibliografia

OFFE, Clauss. (1984). *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

CARNOY, Martin. (1988). *Estado e Teoria Política*. Campinas – SP – 7ª edição: Papyrus.

PETRAS, James e Veltmeyer, Henry. (2001). *Brasil de Cardoso* – Petrópolis – Rio de Janeiro: Vozes.

DIAS, Edmundo (2002). *Gramsci e a Política*, in Revista Universidade e Sociedade Nº 27 ano XI.

KOWARICK, Lúcio (1993). *A Espoliação Urbana* - Rio de Janeiro – 2ª edição: Paz e Terra.

JACOBI, Pedro (1993). *Movimentos Sociais e Políticas Públicas – demandas por saneamento básico e saúde São Paulo 1974-84* – São Paulo – 2ª edição: Cortez.

SANTOS, Raimundo e Cunha, Reinaldo e Costa, Luiz Flavio (orgs.). (1994) *Contemporaneidade e Política* – Rio de Janeiro – Sociedade do Livro Instituto Astrogildo Pereira.

NUNES, Edison (1989) *Carências Urbanas, Reivindicações sociais e Valores Democráticos* – Lua Nova, Revista de Cultura Política, Junho 89, nº 17.

VIGEVANI, Tullo (1989) *Movimentos Sociais na Transição Brasileira: A Dificuldade de Elaboração do projeto* – Lua Nova, Revista de Cultura Política, Junho 89, nº 17.

SADER, Emir (org). (1987) *Movimentos Sociais na Transição Democrática* – São Paulo – Cortez.

More Human Settlements – Publicação da Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas sobre a Conferência Brasileira para o Habitat II – Rio de Janeiro – maio/96.

Por Onde Passa a Luta Pela Reforma Urbana Hoje? – Revista da ANSUR, Publicação da Associação Nacional do Solo Urbano – São Paulo, Janeiro/1995.

(1) UTZIG, José Eduardo. Notas sobre o governo do PT em Porto Alegre. *Novos Estudos*, São Paulo, CEBRAP, nº 45, julho de 1996, p.123

(2) Texto de apresentação escrito na “orelha” do livro “Estado e Teoria Política”, Martin Carnoy, 2001

(3) DIAS, Edmundo. (2002) Gramsci e a Política Hoje. *Revista Universidade e Sociedade*, nº 27 Ano XI

(4) *Revista Universidade Sociedade* nº 27 Ano XI